

Continuidade e mudança em Fontim — alguns elementos sobre o modo de vida rural

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho apresentar, desde já, algumas observações e informações colectadas em Fontim¹ para um projecto de investigação em curso, subordinado ao tema «Continuidade e mudança no modo de vida rural». Estando aquele projecto na fase inicial de execução, esta comunicação não pode dar conta senão dum *começo de investigação* na área temática referida. Quer isto dizer que o texto que se segue, por um lado, tem o carácter de uma primeira abordagem e, por outro, apresenta necessariamente omissões, nomeadamente no que respeita a certos elementos do passado da vida local e a tópicos delicados. Procuramos fornecer um número apreciável de elementos empíricos, mas, obviamente, não podemos ainda nesta fase apresentar um quadro integrado e dinâmico do que tem sido a luta pela subsistência em Fontim desde o princípio do século. Após reflexão consideramos, porém, que a apresentação deste trabalho se justificaria, pois nele se aborda um domínio de investigação que cremos estar insuficientemente explorado por aqueles que em Portugal se dedicam ao estudo da sociedade rural. Assim sendo, esta comunicação, primeiro escrito de um projecto concebido e planeado em data anterior ao anúncio do presente Colóquio, estaria em concordância com os objectivos da iniciativa do GIS, a saber:

Proporcionar um lugar e um tempo de confronto entre investigações já realizadas ou em curso, mas também, e tanto quanto possível, estimular o aparecimento de novas investigações ou, ao menos, de começos de investigação, incidindo quer em áreas até agora não exploradas pelos cientistas sociais, quer na procura de inter-relações entre diferentes áreas².

Tendo expresso em que consiste esta comunicação e justificado a sua apresentação a este Colóquio, passemos à questão da metodologia utilizada na recolha dos dados e à organização do conteúdo deste texto. No Verão de 1981, e durante um período aproximado de dois meses, participámos na vida colectiva da aldeia e na de uma das casas locais em particular. Assumindo,

* Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro.

¹ De acordo com a prática corrente em casos semelhantes, procedemos à alteração do nome da aldeia.

² Da carta-circular em que se anuncia a realização do Colóquio.

tanto quanto possível, o papel de observador participante, recolhemos os dados de modo informal, procedendo ao seu registo logo que surgisse a primeira oportunidade para o efeito. Procedemos ainda a uma primeira consulta das fontes documentais existentes ao nível local. Assim, os elementos apresentados nos quadros n.ºs 1, 2 e 3 foram coligidos pelo autor a partir de documentos existentes na Junta de Freguesia local e no posto da Guarda-Fiscal que superintende na zona em que a aldeia se insere. O ordenamento do texto faz-se segundo o esquema seguinte: começa-se por expor o objecto de estudo e as questões de investigação tidas como relevantes para a colecta de dados e procede-se depois à apresentação sumária da aldeia de Fontim, ou seja, o universo em que se procedeu à colecta de elementos informativos. Em seguida faz-se uma inventariação preliminar das ocupações e outras fontes de rendimento a que os agregados domésticos locais têm recorrido desde 1900. Apresentam-se finalmente os principais elementos de *continuidade* e *mudança* no modo de vida rural em Fontim, bem como uma breve nota conclusiva.

CONCEITOS E UNIVERSO DE ESTUDO — OBJECTO E QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Conforme se indica no título da comunicação, o objecto deste estudo é o modo de vida rural e a perspectiva adoptada considera o factor tempo. Ao prestarmos atenção ao modo de vida rural, faremos um esforço para não privilegiar os elementos de *mudança* em detrimento dos de *continuidade*, ou vice-versa, pois todos eles são necessários à compreensão da sociedade rural dos nossos dias. Concretizando, diremos que tanto nos interessa observar a *mudança* provocada pela introdução dos adubos na agricultura de Fontim como olhar atentamente para a *continuidade* dos dias sempre iguais na dita aldeia. É óbvio que, numa fase inicial de pesquisa, não é ainda possível responder adequadamente a perguntas do tipo seguinte: que factores explicam a *continuidade* e a *mudança* no modo de vida rural? Que circunstâncias têm reforçado ou moderado a acção daqueles factores? Antes de atingir o estágio de *interpretação dos factos* há que fazer o esforço analítico de centrar a nossa atenção na fase de *conhecimento dos factos*. É sobretudo a este nível que situamos este trabalho. Assim, visamos aqui contribuir para a procura de respostas a duas questões que consideramos básicas: *o que é que mudou e o que é que permaneceu inalterado* no modo de vida rural? *Quando* ocorreram as mudanças?

Explicitemos agora qual a significação que atribuímos à expressão *modo de vida* e justifiquemos em seguida o interesse pelo domínio delimitado pelo conceito. A expressão *modo de vida* condensa toda a problemática relativa à formação do rendimento e será aqui utilizada como equivalente a fontes de rendimento, rendimento este de natureza pecuniária ou não. Exemplificando, diremos que, para o cômputo do rendimento global dum agregado doméstico, tanto nos interessa a *geira* que o elemento X ganha quando assume o papel de trabalhador assalariado, como a possibilidade que o agregado doméstico tem de utilizar as *lamas do povo* pelo facto de aquele seu membro ser também o coveiro da aldeia. Estamos pois interessados em inventariar as formas pelas quais os agregados domésticos do meio rural asseguram a subsistência, bem como em avaliar a sua importância económica e social. O objecto de estudo poderá então ser dissecado e formulado do seguinte modo: *a*

que *actividade ou ocupações* se dedicam os elementos dos agregados domésticos do meio rural? Em que *condições* se realiza o trabalho correspondente? Que *ocupações são remuneradas*, quer em meios pecuniários quer em géneros, e que valores atingem aquelas remunerações? Para além das ocupações, a que *outras fontes de rendimentos* deitam mão os agregados domésticos do meio rural? Qual a sua importância económica e social?

Aparentemente, é ao nível do cultivo do solo e da criação de gado que se deverão encontrar as respostas às perguntas acabadas de formular. Na verdade, em estudos sobre a economia rural de pequenas comunidades ou freguesias privilegia-se frequentemente o sector agrícola. Negligencia-se ou minimiza-se *a priori* a eventual importância de outras ocupações (quer sejam noutros sectores produtivos, quer sejam ainda ao nível do sector primário), bem como a relevância de outras fontes de rendimento. Isto é particularmente observável quando tais ocupações são marcadamente temporárias ou mesmo efémeras. Faz-se assim o estudo da agricultura local num quadro demasiado restrito. Toma-se, por exemplo, a *empresa* como a unidade de análise por excelência, pondo-se de lado, consequentemente, a *casa*. Por outras palavras, estuda-se a economia agrícola ignorando ou minimizando as inter-relações daquela com a economia doméstica. Igualmente se define o agricultor em termos de excepção: indivíduo que, assumindo isoladamente o papel de *gestor* duma *empresa*, tem na actividade agrícola própria a sua fonte exclusiva de ocupação e rendimento. A realidade social é, porém, mais rica em diversidade, complexidade e dinamismo e vai reclamando um olhar crítico sobre os pressupostos enunciados. Neste trabalho, ao partirmos do conceito *modo de vida*, assumimos que, quer no presente quer no passado, a agricultura, não obstante a sua importância, é só uma das várias fontes ocupacionais e de rendimento a que os agregados domésticos do meio rural têm recorrido e recorrem. Seguindo esta linha de orientação, procuramos sublinhar a importância das fontes de ocupação e rendimento não agrícolas e prestar atenção às inter-relações existentes entre a agricultura e a não-agricultura ao nível de uma pequena comunidade local.

BREVES NOTAS SOBRE A GEOGRAFIA, *HABITAT* E POPULAÇÃO DE FONTIM

A aldeia transmontana de Fontim encontra-se integrada na imensidão das terras montanhosas vizinhas da serra da Coroa. Situa-se, pois, na zona fronteiriça do concelho de Vinhais. Está ligada a Bragança por uma estrada que foi asfaltada há aproximadamente meia década e à sede do concelho por um caminho florestal.

Fontim é definida localmente como *serra*, ou seja, território apresentando diferenças sensíveis de altitude de lugar para lugar e sujeito aos rigores climáticos típicos da Terra Fria. O território local estará compreendido sensivelmente entre as cotas dos 860 e 940 metros de altitude. Ribeiras muito encaixadas cortam os ondulosos da paisagem, mas encontram-se também zonas relativamente aplanadas e de leve pendor, nomeadamente nas imediações da povoação.

Fontim, tal como as aldeias vizinhas, não é um agregado populacional recente. Como elas, apresenta também um tipo de povoamento concentrado. Na povoação não se encontra ainda nenhuma *casa de emigrante* ostensivamente destacada do aglomerado arquitectónico existente.

Há aproximadamente cinco décadas, o número de habitantes era de 225. Hoje, o número de agregados domésticos oscila entre 36 e 42, consoante a contagem se realize no Inverno ou no Verão, e a correspondente população estará compreendida, aproximadamente, entre 110 e 140 indivíduos. O primeiro número é indicativo da população estável, isto é, aquela que reside em Fontim durante todo o ano, e o segundo acrescenta ao primeiro a população flutuante. Nesta incluem-se os que, vivendo em Bragança, passam frequentemente na aldeia fins-de-semana, férias ou mesmo períodos mais prolongados e os *emigrantes* que habitualmente visitam os familiares. Estes trabalham sobretudo em França e na Alemanha Ocidental. Considerando a população estável, verifica-se que o número de pessoas por agregado doméstico varia entre 1 e 10 e o quantitativo de agregados domésticos constituídos por 1, 2, 3 e 4 pessoas em Agosto de 1981 era respectivamente de 6, 12, 6 e 8. Com mais de 5 pessoas havia 5 agregados domésticos. O número de indivíduos do sexo feminino é de 56 e o número de indivíduos do sexo masculino é de 50. Aparentemente, o número de pessoas idosas é elevado.

Para concluir esta apresentação sumária do universo de estudo, pode afirmar-se que a aldeia de Fontim está relativamente isolada. Ela vive afastada de qualquer via de circulação rodoviária e/ou ferroviária, de qualquer centro urbano-industrial e de qualquer sede do poder político ou administrativo. Integrados numa paisagem severa, os indivíduos de uma população reduzida parecem viver sobretudo em torno das graças e desgraças quotidianas dos seus vizinhos, vizinhos esses com quem se encontram frequentemente relacionados por laços de parentesco e compadrio.

FONTIM: OCUPAÇÕES E FONTES DE RENDIMENTO NO PRESENTE E NO PASSADO

CULTIVO DO SOLO

Lameiros, *faceiras* e *veiga*, eis os três espaços que polarizam a vida agrícola em Fontim. As matas, essas, estão entregues a si próprias; o *monte* visita-se nos dias menos severos de Inverno e os soutos são frequentados aquando da apanha das castanhas. Para além da preocupação constante da rega, os lameiros pouco mais exigem das gentes de Fontim. Corta-se-lhes o feno e nalguns casos são limpos de ervas ruins e adubados. O cultivo do solo propriamente dito faz-se na *faceira* e na *veiga*. Nas terras de *pão* lava-se e aduba-se a sério: no mínimo, há que *decruar* e *bimar* e distribuir a semente e o fertilizante, este à sementeira e ao encanamento. Depois é esperar pelo tempo da segada e das *malhas* e sentir a alegria de ver a casa *encher-se de pão* para todo o ano. A *malha*, essa festa do ano que faz par com a matança, é ainda *trabalho e despesa*, mas, uma vez varrida a eira, pagam-se as rendas em alqueires e fecha-se o ciclo do *pão*. A terra descansará então. A *veiga*, essa mancha verde e fresca próximo da aldeia, que no Verão contrasta com o amarelo-quente dos campos de grão mais distantes, não repousa, nunca pode repousar. Assim o exigem os homens, as *crias* e os animais domésticos. Dali se retiram as ferrãs de centeio e de cevada, milho e beterraba, que servirão como forragens subsidiárias do feno escasso, do grão caro e da palha de centeio, que os animais pouco apreciam. Dali se colhem ainda as *batatas para todo o ano*, os feijões e hortaliça de que se alimentarão as famílias do lugar e a bicharada doméstica. Tudo isso se consegue num espaço minucio-

samente retalhado em *linhares* e sujeito aos benefícios de estrumações regulares e abundantes e de regas cuidadas e atempadas.

Os lameiros, pilares locais da criação de bovinos, são obviamente cruciais para os bovinicultores. Estimadas e caras, essas terras são naturalmente símbolo de riqueza ao nível local. Quem as não tem deseja-as e quem as possui preserva-as religiosamente, aguçando assim a *fome* de pastagens. Quer isto dizer que nem só os bovinicultores retiram dessas terras parte do seu rendimento. Proprietários há que, vivendo na cidade ou na aldeia e não se dedicando à criação de bovinos, exploram interessadamente os lameiros: de modo directo para comercializarem o feno e indirectamente para receberem uma renda ou favores pela cedência do pasto.

Com as *faceiras* preocupam-se e ocupam-se fundamentalmente os que têm *crias*. Esses, ano após ano, cultivam a *folha* que a tradição determina, mesmo agora que os ovinos e caprinos desapareceram da paisagem. Em 1981, os 12 bovinicultores de Fontim produziram um total aproximado de 75 toneladas de cereal. A produção de cereal por bovinicultor variou aproximadamente entre 3 e 12 toneladas, sendo a média correspondente a cerca de 6 toneladas. Esta produção é canalizada essencialmente para a criação de bovinos e suínos, sendo comercializada de modo directo só uma reduzida percentagem do total. A venda do cereal é, em geral, feita à medida que os bovinicultores necessitam de factores de produção, como adubos e rações, e é ao próprio fornecedor daqueles que tais cerealicultores vendem o grão. Nem só as casas que se dedicam à criação de bovinos cultivam o cereal. A estas juntam-se mais duas ou três que cultivam anualmente o centeio com o objectivo de comercializarem directamente o grão e a palha. Recorrendo unicamente à energia mecânica, tais cerealicultores não vendem o grão a comerciantes ou intermediários, mas sim ao organismo estabelecido para o efeito. Em relação a Fontim, estimamos que em 1981 a produção de grão assim comercializada tenha sido aproximadamente de 15 toneladas. Temos ainda a considerar como cerealicultores aqueles vizinhos que, preocupados com os *marranchos* e galinhas, procuram obter uns sacos de grão e um pequeno palheiro. Por outras palavras, segundo a percepção local, a avidez alimentar daqueles animais não se coaduna com o preço das rações da cidade e a produção de estrumes é uma necessidade que as hortas não dispensam. Assim, mais seis a doze casas cultivam centeio, ou anualmente ou cada dois ou três anos. Em 1981, a produção de grão obtida pelo conjunto de cerealicultores do tipo acabado de mencionar pode ser estimada em cerca de 20 toneladas. Assim, em 1981, ao nível da aldeia, a produção total de grão é estimada em cerca de 110 toneladas. A produção de centeio por cerealicultor que vise fundamentalmente a satisfação das necessidades de alimentação dos animais domésticos variou, naquele mesmo ano, entre cerca de 1 e 4 toneladas.

Passemos à *veiga*. Se, por um lado, ela está, como os lameiros, sujeita à rega e produz parte da ração dos bovinos e, por outro lado, exige uma intervenção do agricultor mais próxima da que ocorre na *faceira*, a *veiga* não deixa de se individualizar a muitos títulos. É um mundo diferente dos outros espaços. Ninguém a coloca na prateleira do absentismo fundiário. Quem tem mais *linhares* do que precisa aluga-os aos vizinhos e quem os não possui arranja-os, dê lá por onde der. Pelo menos os *linhares* dos *santos*, das *almas* e da *igreja* não deixarão de ser arrematados no fim de cada ano. E quem é da terra e resida hoje na cidade não hesita em *regressar às origens* e assumir anualmente o papel de horticultor. Na aldeia, a *residência secundária* per-

manece aconchegada às restantes habitações e com as alfaías agrícolas necessárias. Quanto ao trabalho, faz-se nos fins-de-semana e no período de férias, caso alguma ocupação urbana impeça uma estada mais prolongada. Familiares e vizinhos darão também uma mão, a troco de algum eventual favor, por exemplo, um que tenha a ver com as coisas da burocracia citadina.

Visto rapidamente o presente, procuremos perscrutar o passado. Confrontando a literatura do passado com a realidade viva do presente, o observador dos nossos dias não deixará certamente de se interrogar sobre o que mais salientar: se a continuidade, a tradição, se a mudança, a ruptura com o passado. V. Taborda, em 1932, referindo-se ao Alto Trás-os-Montes e comparando o *sistema rural antigo* com o então existente, conclui que «no fundo a exploração do solo persiste a mesma, como idêntico é o sistema cultural»³. Em 1975, B. Freund, baseando-se em elementos constantes dos arquivos de paróquias de Trás-os-Montes do século XVIII, fala das semelhanças entre a paisagem histórica e a então existente, concluindo que se verificava uma «inegável estabilidade»⁴. Meia década depois, é claro que encontramos a mesma paisagem ondulada e severa, as mesmas *faceiras*, os mesmos *caboucos* e ribeiras, os mesmos lameiros e soutos, *monte* e *veiga*. Por outras palavras, o quadro natural, as culturas e os animais, com excepção do linho e dos ovinos e caprinos, são os mesmos desde há décadas e décadas. Se exceptuarmos ainda a batata, diremos mesmo séculos. Interrogando, porém, os residentes de Fontim, nomeadamente os mais idosos, as respostas sublinham sobretudo o que significa ruptura com o que era habitual ainda há relativamente pouco tempo. A estabilidade existente é pois relativizada. Mas inventariemos então as mudanças mais frequentemente indicadas, bem como alguns elementos de continuidade.

Começemos pelo *monte*. Aí, não mais se aproveita Janeiro e Fevereiro, meses de frios cortantes, para cortar a vegetação com sacholas e alviões e mais tarde, num dia quente de Verão, queimar o material vegetal inaproveitado para lenha, convertendo assim o *monte* em *terra de pão*. V. Taborda observava, em 1932, que um pouco por toda a parte se praticavam ainda as *queimadas*.

Nos lameiros, o corte dos feno passou a ser mecanizado. Como dizem os criadores de bovinos, *cada vez resistimos menos ao barulho tentador da máquina. É ouvi-la rugir e a vontade de largar a gadanha a aparecer*. Para o transporte do feno já se recorre ao tractor e há mesmo quem previamente recorra ao aluguer duma enfardadeira.

Na *faceira*, as transformações surgem ainda mais vincadamente. Não mais se cultivam os campos extremamente afastados da aldeia, como também não mais se cansam homens e animais a levar os estrumes para os altos. Hoje, os adubos são o recurso indispensável e aquele que veio aumentar significativamente a produtividade do solo. Segundo alguns, as produções por área teriam passado do simples ao dobro. As lavras são feitas frequentemente com o tractor e também já se não sega o cereal com a foice nem se espera o *capataz* e a sua *camarada* da Terra Quente. É certo que a mecanização praticada é ainda parcial, pois obriga à apanha dos molhos, à construção dos

³ V. Taborda, *Alto Trás-os-Montes — Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 109-110.

⁴ «Les mémoires paroissiaux comme source d'information sur les paysages agraires du Nord-Est Portugais au 18^{ème} siècle», Estrato dagli Atti del Convegno internazionale «I Paesaggi Rurali Europei», Perugia, 7-12 Maggio 1973, Perugia 1975.

mornais e ao desfazer destes depois. A *carreja*, porém, é feita actualmente com o tractor, não havendo, portanto, necessidade de se sair ainda de noite para a ir realizando vagarosa e penosamente com uma ou duas juntas de vacas. As *malhas* actuais obrigam ao fazer e desfazer das medas⁵ e à construção do palheiro, mas representam um avanço relativamente à tradicional malha com malhos, operação que ainda foi realizada por alguns dos que vivem hoje em Fontim. Para alguns (5 em 1981), porém, o aluguer duma moderna ceifeira-debulhadora já é solução posta em prática. E mais, já foi encetada a discussão sobre a possibilidade de aquisição *em sociedade* de uma dessas máquinas com o fim de servir a aldeia. Pode dizer-se, contudo, que a mudança se não enraizou completamente. Em 1980, pelo menos dois vizinhos e os respectivos membros das suas casas usaram as seitouras e as *dedeiras* de couro. Um deles, *caseiro*, ceifou assim os seus 500 alqueires de grão, deixando para a máquina os restantes 500, pertencentes ao *patrão*. Em 1981 observamos que a foice também voltou a ser utilizada, inclusive por um dos cerealicultores que recorreu à utilização da moderna ceifeira-debulhadora.

Relativamente à *veiga*, reconhece-se que, desde há muito, a área total de cultivo, o número de parcelas existentes, o período anual de rega e o calendário de rega têm permanecido inalterados. Em sentido oposto, assinala-se a introdução dos adubos e pesticidas. Estes últimos produtos vieram terminar com a técnica inicial de eliminar as pragas por esmagamento das mesmas entre duas pedras. E, como mudança mais notável, os agricultores de Fontim acrescentam a *desconcentração* da propriedade fundiária, ou seja, a partilha de terra e água é hoje mais igualitária que no passado. Não pudemos verificar a veracidade de tal hipótese, mas não queremos deixar de apresentar a situação existente no princípio do século no que respeita à distribuição da água proveniente da ribeira Fria, principal caudal de rega utilizado na *veiga* de Fontim. Este padrão de referência é em si mesmo uma informação que consideramos muito interessante. Situemo-nos então em 1909, data em que supomos que as normas reguladoras das regas a efectuar na *veiga* foram formalmente escritas. Conforme se pode verificar no quadro n.º 1, a ribeira Fria regava então 105 parcelas, as mesmas que hoje, e que pertenciam então a 37 horticultores. Os 10 maiores regantes disporiam de 63% do tempo total de rega e os 10 menores teriam de se satisfazer com 0,08% do mesmo quantitativo. Em termos qualitativos, acrescentemos ainda que o maior horticultor era o comerciante local e o segundo maior estava representado por uma congregação religiosa. O total das parcelas pertencentes às *almas*, *santos* e paróquia local correspondia à quarta posição na utilização de água de rega disponível. Estas parcelas eram e são arrendadas anualmente aos vizinhos que, em sessão pública, ofereçam, como renda, o quantitativo (em pão no passado, em dinheiro actualmente) mais elevado.

CRIAÇÃO DE GADO

Em Fontim, falar de *gado* é falar de ovinos e evocar, por associação de ideias, as cabradas. Começemos, pois, pelo uso restrito do termo.

Assistimos em Setembro de 1981 ao desaparecimento do último rebanho de ovelhas que ainda existia na aldeia. Tal como ocorreu noutros países, em aldeias vizinhas ou mais distantes, Fontim viu o número de rebanhos e pas-

⁵ Diga-se, a título de curiosidade, que a meda do maior cerealicultor da aldeia continha o total impressionante de 14 300 molhos. A produção correspondente foi de 11 600 quilogramas.

tores decrescer significativamente no decorrer deste século, nomeadamente no período de aplicação da política de florestação dos baldios⁶. A maioria

**Distribuição da água de rega proveniente da ribeira Fria
(Fontim, provavelmente 1909)**

[QUADRO N.º I]

Proprietário das parcelas a regar (número de código)	Número de parcelas a regar	Tempo total de rega em cada semana do período de rega (em minutos)
01.....	12	855
02.....	6	615
03.....	8	360
04.....	10	300
05.....	5	270
06.....	5	240
07.....	5	180
08.....	5	165
09.....	4	165
10.....	3	135
11.....	2	135
12.....	3	120
13.....	1	120
14.....	3	105
15.....	2	105
16.....	2	105
17.....	2	90
18.....	1	90
19.....	2	75
20.....	2	75
21.....	1	75
22.....	2	60
23.....	2	60
24.....	2	60
25.....	1	60
26.....	1	60
27.....	1	60
28.....	1	60
29.....	1	60
30.....	2	45
31.....	1	45
32.....	1	45
33.....	1	45
34.....	1	45
35.....	1	45
36.....	2	30
37.....	1	15
Total	105	5175

⁶ V. Taborda, comparando os efectivos pecuários indicados no primeiro recenseamento (1870) com o arrolamento de 1925, verifica que o número de cabeças de gado lanar decresceu globalmente em Trás-os-Montes, mas adiante afirma que «a criação progrediu em Bragança e na zona planáltica e montanhosa de ocidente». Relativamente aos efectivos caprinos, aquele autor refere que «acusam na zona montanhosa de norte e oeste um sensível aumento» (*op. cit.*, pp. 152-153). Em relação a Rio de Onor, Jorge Dias afirma que «antigamente os rebanhos eram mais numerosos e levavam mais pastores». E fornece a indicação de que «havia antigamente dois rebanhos de cabras, com quatro pastores cada um, os quais tinham *muito mais do dobro* de animais do que hoje». O autor refere seguidamente que haveria então cerca de 200 a 300 cabeças de gado caprino (*Rio de Onor — Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto de Alta Cultura, 1953, pp. 181-182. O sublinhado é nosso). J. Bennema afirma que em Marras, durante a pri-

dos habitantes recordam-se ainda do tempo em que havia 12 rebanhos de ovelhas e 3 cabradas, cada qual com um número de cabeças que deveria rondar entre as 100 e as 150 unidades. Um traço dominante das histórias ocupacionais dos residentes na aldeia é efectivamente o facto de eles próprios terem sido pastores durante parte da infância e da adolescência. Como *indicador* adicional daquela época pode referir-se o facto de se proceder habitualmente à matança de cordeiros por ocasião das malhas. Nessa ocasião, os malhadores dispunham também de queijo de cabra na refeição comum. Para o período compreendido entre 1962 e 1981, o quadro n.º 2 dá conta da evolução do número de proprietários de gado ovino e do número de cabeças de ovinos. Já no princípio desse período aqueles números eram reduzidos. Acrescente-se ainda que, nesses vinte anos, três proprietários mantiveram rebanhos de modo contínuo, respectivamente durante 15, 12 e 9 anos.

Número médio de proprietários e de cabeças de gado ovino
em Fontim nos quatro últimos quinquênios (1962-81)(a)

[QUADRO N.º 2]

Quinquénio	Número médio de proprietários de gado ovino	Número médio de cabeças de gado ovino
1962-66	2	260
1967-71	3	250
1972-76	2	280
1977-81	1	110

(a) Os valores aqui apresentados são relativos a contagens realizadas em Janeiro de cada ano.

A criação de gado ovino e caprino envolvia por vezes dois tipos de intervenientes: o patrão e o pastor. Estes, em geral, acordavam verbalmente em que o gado fosse *a meias*. Ocupação a tempo pleno e principal fonte de rendimento para o segundo, a criação de ovinos e caprinos constituía uma fonte complementar de rendimento para o primeiro. Indivíduos com algum capital aforrado e desejosos de o investir arranjavam, sem muita dificuldade, quem se fizesse pastor. O *patrão* de um dos rebanhos existentes na aldeia na década de 60 era, por exemplo, o próprio comerciante local. Para além dos actos de compra e venda dos animais, que, em geral, eram realizados conjuntamente pelo patrão e *meeiro*, e dos registos de transacções e perdas, o *patrão* não dedicava mais tempo e energia à criação dos ditos animais. Por sua vez, o pastor, para além da sua actividade quotidiana de condução e vigilância do gado, tinha de o conduzir durante um ou dois dias de viagem a pé, caso ele fosse vendido respectivamente na feira de Vinhais ou Bragança. Em Fontim, o número de pastores do tipo descrito parece ter sido relativamente reduzido no decorrer deste século. A grande maioria dos que se ocupavam no pastoreio dos ovinos e caprinos eram familiares do proprietário daqueles animais.

meira metade deste século, haveria alguns rebanhos de vizinhos e o rebanho colectivo teria quatro a cinco vezes mais cabeças do que o então existente, o qual era constituído por cerca de 120 animais (*Traditions of Communal Co-operation among Portuguese Peasants — Preliminary Report*, Amsterdão, Antropologisch-Sociologisch Centrum, 1978, p. 68). O declínio da actividade de criação de gado ovino e caprino nas últimas décadas é facto também assinalado pelos residentes em Fragueiro.

Voltemos de novo ao presente, agora para considerarmos a criação de gado bovino. Quem permaneça algum tempo em Fontim, cedo se aperceberá de que, do ponto de vista da economia da *empresa* agrícola local, *tudo gira à volta das crias*. Semeia-se nabinha, milho e beterraba forrageira; sega-se, seca-se e armazena-se feno; debulha-se cereal e toma-se à renda um *linhar* para cultivar cevada; compram-se uns sacos de *ração* e outras coisas mais se fazem, sempre, sempre a pensar nas crias e no quantitativo que o *tcitcheiro* pagará por cada quilograma de carne da *filha* da *Amarela* ou da *Cereja*, animais esses que ainda por cima levam, no mínimo, quinze meses a criar. Relativamente aos cuidados com os próprios animais, a situação é semelhante. No Inverno, só quando neva ou o frio é muito, o gado permanece nas lojas. De outro modo, alguém da casa sairá uma vez por dia para que o gado se *entretenha* no monte durante umas cinco a seis horas. Isto mesmo sucedeu diariamente no Inverno excepcionalmente seco de 1980-81. Logo que o tempo e a erva permitam, os animais passam a pastar duas vezes por dia, ocupando uma pessoa, a criança da casa frequentemente, cerca de seis horas. Então, as operações de *abrir e fechar a poça* constituem também um rito mais ou menos diário. Há mesmo lameiros que, dada a escassez de água no Verão, obrigam os seus utilizadores a passar a noite nos *camarotes*, isto é, abrigos rudimentares onde, sobre um feixe de palha, descansam um pouco enquanto a rega se processa. Tudo isto depois de alguém da mesma casa, qual sentinela, ter permanecido firme na ribeira durante umas doze horas, a fim de *marcar vez*.

Partilhando com os habitantes da aldeia os momentos do seu lazer, o observador também rapidamente se dará conta das muito frequentes, calorosas, mas impotentes conversas que se travam sobre discrepância existente entre os preços da carne ao nível do produtor e do consumidor. Temos aqui um indicador seguro de que a participação dos agricultores locais no mercado dos produtos se faz sobretudo através da comercialização do gado bovino. Mais notas se poderiam acrescentar, mas as já indicadas sobre a formação do rendimento pecuniário e a utilização de trabalho na exploração agrícola são certamente suficientes para se poder afirmar que a criação de gado bovino tem a maior importância no modo de vida rural de parte da população de Fontim.

Observemos então que parte da população da aldeia é essa e qual a grandeza do sector do gado bovino ao nível local. Do total das casas com residentes permanentes (35), cerca de 34% dedicavam-se à criação de gado bovino. Contudo, a população vivendo nas casas economicamente orientadas para a criação de bovinos representava 50% do total da população residente. Isto é, os agregados domésticos eram numerosos em tais casos. O número médio de pessoas por casa era aí de 4, enquanto o valor correspondente nas casas alheias à criação de bovinos era somente de 2 pessoas. Em Janeiro de 1981, o sector de gado bovino era constituído por um total de 91 cabeças, variando entre 14 e 16 o número de animais por casa de criador de bovinos. O correspondente valor médio era de 8.

Recuando duas décadas na história local, verifica-se que a situação do sector de gado bovino era sensivelmente diferente. Era maior o número de casas que se dedicavam à criação de bovinos e maiores eram também os efectivos globais na aldeia. Todavia, o número de animais por casa era então menor do que é actualmente. O quadro n.º 3 condensa os elementos acabados de indicar para os quatro últimos quinquénios.

Os elementos constantes do quadro n.º 3 sublinham também a importância da criação de bovinos no período considerado. Tomando o total de casas

Número médio de casas que se dedicavam à criação de bovinos e número médio de efectivos bovinos em Fontim nos quatro últimos quinquénios

[QUADRO N.º 3]

Quinquénio	Número médio de casas que se dedicavam à criação de bovinos	Número médio de efectivos bovinos	Número de bovinos por casa
1962-66	19	84	4
1967-71	15	80	5
1972-76	13	73	5
1977-81	12	78	6

que se dedicavam à criação de bovinos em 1962, verifica-se que 9 delas ainda hoje mantêm essa actividade, 2 abandonaram essa fonte de rendimento no último quinquénio, 1 no penúltimo quinquénio, 3 no antepenúltimo quinquénio e 4 nos primeiros 5 anos do período de 1962-81. Uma destas casas retomou há 9 anos a mesma actividade de criação de bovinos e desde então tem-na mantido.

Recuemos um pouco mais no passado. Umas três décadas. Parece legítimo admitir que, em Fontim, a relevância da criação de gado bovino no modo de vida local seria idêntica, ou mesmo maior, à observada no início da década de 60. Procuremos indícios justificativos daquela suposição. Em primeiro lugar, vejamos o que nos diz V. Taborda, em 1932, a propósito da região em que a aldeia se insere. Aquele autor inclui Vinhais na zona dos melhores prados de Trás-os-Montes, afirmando relativamente àquela zona que «não só o rendimento é aí maior, como ainda aí crescem as melhores espécies de gramíneas»⁷. Assim, Vinhais é parte do conjunto de concelhos que *são por excelência a região pecuária de além-Tua*. Para além do próprio condicionamento imposto pelo quadro natural, há que ter em linha de conta o facto de a mecanização da agricultura local ser fenómeno recente, isto é, as explorações agrícolas daquele período não dispensavam de modo nenhum a utilização de animais de trabalho. A criação de bovinos visava duas finalidades. Ao nível da *filosofia* local, Fontim seria certamente excepção se não partilhasse a visão então comum: «Não há casa boa sem gado nem c'roa.»⁸

Quando acima dizemos que, nas três décadas anteriores a 1960, a importância da criação de gado bovino no modo de vida local poderia ter sido maior do que a observada naquela data, estamos a pensar nos efeitos conjugados de dois factores: introdução de adubos e disponibilidade de mão-de-obra. Segundo V. Taborda, «a adubação química começa a fazer-se timidamente», mas «os progressos, apesar da dificuldade de comunicações, observam-se já, aqui e além»⁹. Em Fontim, o *borralho* deverá ter sido introduzido no final da década de 30 ou princípios da de 40 e parece ter levado, como sucedeu noutras aldeias, a uma ampliação da área de cultura cerealífera¹⁰. O adubo originou seguramente um aumento da produção de grão por área

⁷ V. Taborda, *op. cit.*, p. 133.

⁸ *Id. ibid.*, p. 132.

⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 111.

¹⁰ Em Fontim, as opiniões dos agricultores mais idosos dividem-se relativamente à questão do aumento da área de cultura cerealífera como resultado da introdução do *borralho*. Para uns, «Fontim sempre teve uma grande faceira». Para outros, os adubos provocaram efectivamente «uma corrida às terras baldias». Pessoalmente, inclinamo-nos mais a aceitar a segunda hipótese. Nas aldeias vizinhas defende-se unanimemente que a

de cultivo, passando assim os criadores de bovinos a ter maiores reservas de cereal para alimentar os animais. Entretanto, isto ocorria numa ocasião de abundância de mão-de-obra. Os braços para o trabalho na terra natal só começariam a faltar mais tarde, aquando da efervescência emigratória dos anos 50 e, sobretudo, dos anos 60.

Abordemos, finalmente, o sector do gado suíno. Como é tradicional na região, a grande maioria das casas da aldeia cevam os seus *marranchos*, aproveitando para tal não só folhas de negrilho, que são ripadas diariamente de Abril a Outubro, como também batatas muito miúdas do ano anterior, centeio, beterraba e outros alimentos. É sempre com incontido orgulho que o dono da casa expõe e oferece ao visitante o presunto e os salpicões que a matança proporcionou. Algumas casas não só procuram satisfazer as necessidades domésticas em carnes de porco, mas também visam a comercialização dos animais.

Relativamente ao passado, cremos que a criação de suínos em Fontim não constituiria excepção relativamente ao que se observava para o conjunto da região transmontana e que V. Taborda descreveu nos seguintes termos:

A criação suína está espalhada por toda a região e constitui um elemento apreciável na vida rural. Não só o porco proporciona a reserva de carne para todo o ano, como ainda a sua gordura serve, nesta região fria e montanhosa que desconhece em grande parte a oliveira, de base culinária. Ele é também das poucas coisas de que o camponês conta fazer algum dinheiro ¹¹.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINARIA AGRÍCOLA

Como vimos anteriormente, a energia mecânica é utilizada pelos agricultores de Fontim num determinado número de actividades. Cabe, pois, aqui considerar a utilização da maquinaria agrícola para prestação de serviço a outrem como fonte ocupacional e de rendimento.

O *parque de máquinas* existente na aldeia compõe-se de 3 tractores, com as respectivas alfaías de lavoura e semi-reboques, 5 ceifeiras-atadeiras, as localmente denominadas *segadeiras*, e 1 *malhadeira* de cereal, ou seja, debulhadora estacionária. O tractor mais antigo foi adquirido há cerca de uma década; 3 das 5 *segadeiras* foram compradas em 1981 por preços compreendidos entre 230 e 245 contos por unidade e a *malhadeira* foi adquirida há cerca de 28 anos. A relativa mecanização da agricultura local é fenómeno bastante recente e, consequentemente, recente é também o *andar com as máquinas* como forma de ocupação e rendimento.

Um tractor e respectivas alfaías e um semi-reboque pertencem a um único proprietário, que, embora não deixe de prestar serviços a explorações

área de cultivo de cereal se expandiu por essa mesma ocasião. A *abundância de pão* seria tão grande que se citam mesmo casos de famílias que, tendo cronicamente de se socorrer do empréstimo do cereal para alimentação, passaram a vendê-lo. Em aldeias mais distantes, Rio de Onor, por exemplo, o aumento da área de cultura cerealífera é também referido. Jorge Dias chega mesmo a afirmar que «a intensificação da vida agrícola trouxe como consequência a diminuição dos pastos de monte», afectando assim a criação de ovinos e caprinos (*Rio de Onor — Comunitarismo* [...], p. 181). Finalmente, pode dizer-se ainda que em Fontim se reconhece facilmente que a área de cereal que então se cultivava dependia mais da disponibilidade em estrume do que da existência de outros factores de produção.

¹¹ V. Taborda, *op. cit.*, p. 150.

agrícolas próximas, utiliza tal equipamento sobretudo na sua exploração e na de um vizinho com quem mantém relações estreitas de cooperação. Os restantes 2 tractores, respectivas alfaías e semi-reboques pertencem a dois indivíduos relacionados por laços de sangue e que têm trabalhado *em sociedade* desde há cerca de oito anos. Toda esta maquinaria foi adquirida progressivamente e tendo em vista a prestação de serviços a outrem. Na verdade, embora os proprietários, naturais de uma aldeia afastada e sem terra própria em Fontim, utilizem esse equipamento no cultivo de centeio em terras baldias, ele está efectivamente disponível para os agricultores interessados, sejam eles da própria aldeia ou de povoações vizinhas. Um ou outro tractor pertencente a pessoas de aldeias vizinhas podem também ser solicitados por algum dos residentes, mas tal ocorrência constitui excepção. Em síntese, dois indivíduos encontram na prestação de serviços de maquinaria agrícola uma fonte ocupacional e de rendimento.

Curiosamente, cada uma das restante três ceifeiras-atadeiras é também pertença de dois *sócios*. A *sociedade* estabeleceu-se, num caso, entre um residente de Fontim e um residente de uma aldeia próxima; num outro, entre um morador na aldeia e um residente em Bragança, e, por último, entre dois vizinhos de Fontim relacionados por laços de parentesco. Nenhum dos *sócios* tem a possibilidade de, individual ou conjuntamente, alcançar uma taxa de utilização da máquina que seja economicamente adequada e, portanto, pode supor-se que a sua aquisição visava a prestação de serviços a outrem. Na verdade, tais máquinas servem numerosos agricultores de aldeias vizinhas para além dos de Fontim.

Por ocasião do corte de feno, cada *segadeira* ocupa um só operador, mas os acidentes de terreno e a duração do trabalho favorecem, em regra, o recurso a dois operadores. Os proprietários das máquinas ou os seus filhos são os operadores, mas, em 1981, uma *segadeira* foi conduzida por um *assalariado*, estudante em preparação para os exames do 12.º ano, que recebeu a geira de 1000\$/dia de trabalho. Este *dia de trabalho* equivalia a um período compreendido entre 7 e 12 horas. Em 1981, qualquer das máquinas referidas foi alugada ao preço de 450\$-500\$/hora para o corte do feno e a 600\$-650\$/hora para o corte do cereal. Nesse mesmo ano, a taxa de utilização total de duas dessas máquinas foi respectivamente de 100 e 170 horas.

Tal como sucede no caso da utilização dos tractores, também o preço de aluguer das *segadeiras* só é definido pelos proprietários após a realização das operações. Assim, os utilizadores de tal equipamento só podem fazer estimativas dos seus custos de utilização, baseando-se para tanto nos valores do ano anterior. Logo que um dos proprietários estabeleça o preço do aluguer da sua máquina para um dado ano, todos os restantes adoptam aproximadamente o mesmo valor.

A debulhadora estacionária só serve os cerealeiros locais. O período de utilização anual desta máquina nos últimos anos tem sido de cerca de 17 a 25 dias. Em 1981, a *malhadeira* funcionou durante 17 dias, a uma taxa de utilização diária média de 8,5 horas. Cada utilizador da máquina pagava em 1980 uma maquia de 8% do total de centeio e trigo que debulhasse. Em 1981, aquele custo foi *actualizado* para 10% do mesmo quantitativo. A cevada, geralmente em pequena quantidade, é debulhada gratuitamente. Os proprietários da máquina comercializam o cereal obtido por maquia, o qual, em 1981, teria proporcionado um rendimento aproximado de cerca de 110 contos.

Magníficos soutos antigos e outros mais recentes constituem testemunhos vivos de que o castanheiro tem permanecido firme na paisagem de Fontim. Não significa isto, porém, que o valor da castanha como alimento ou fonte de rendimento pecuniário se tenha mantido inalterável ao longo da história local. Na verdade, assim não foi. Pode certamente afirmar-se que, até à data da construção das vias que servem hoje a aldeia e outras povoações vizinhas, a colheita de castanhas visaria a alimentação das pessoas e suínos. Em relação à situação existente no século XVIII, B. Freund, baseando-se em arquivos paroquiais, diria:

Em várias regiões, particularmente na zona de Vinhais, a castanha teria a mesma função alimentar do centeio. Ela representa um alimento importante para as camadas mais pobres da população. Descreve-se então a sua importância em termos de sucedâneo directo do pão ¹².

Em escritos sobre o concelho de Vinhais, datados de princípios de 1939, fala-se das castanhas e nozes como produtos de *exportação* e a propósito da questão das comunicações afirma-se num deles:

A viação acelerada, especialmente o desenvolvimento da camionagem, tem espalhado influência benéfica, levando o povo a fazer dinheiro de muitas coisas que até aqui estragava ou esbanjava ¹³.

Segundo informações locais, a procura dos frutos referidos tem sido significativa desde há seis ou sete anos e, assim, alguns residentes têm procedido à instalação de novos soutos e à substituição de castanheiros e nogueiras envelhecidos. A comercialização das castanhas e das nozes constitui uma fonte de rendimento pecuniário deveras apreciada, pois, segundo a perspectiva local, *não há quaisquer custos de produção a suportar*. Alguns proprietários de castanheiros chegam a colher entre 1 a 4 toneladas de fruto em anos de produção normal. Relativamente a 1979, e considerando que a castanha foi adquirida ao produtor por 21\$ e 25\$/kg, aquelas produções proporcionariam aproximadamente rendimentos entre os 20 000\$ e os 90 000\$.

Os castanheiros e as nogueiras não constituem uma fonte de rendimento pecuniário só para os respectivos proprietários. Por vezes sucede que estes não residem na aldeia, e os frutos são então apanhados *a meias* por algum residente que a tal se tenha prontificado. Por outras palavras, pelo trabalho de colecta, preparação dos frutos e respectivo ensacamento, esse indivíduo recebe uma remuneração em género equivalente a metade da produção total das fruteiras. No dizer de um *meeiro*, este tipo de contrato «é bom negócio para quem tem de apanhar os frutos».

A comercialização da madeira de castanheiros e nogueiras esteve naturalmente limitada pelo desenvolvimento das vias de comunicação, mas nas aldeias ouvem-se por vezes relatos da *caça à árvore* empreendida por nego-

¹² *Les Mémoires Paroissiaux comme Source d'Information sur les Paysages Agraires du Nord-Est Portugais au 18^{ème} Siècle*. Estrato dagli Atti del Convegno Internazionale «I Paisaggi Rurali Europei», Perugia, 7-12 de Maio de 1973, Perugia, 1975, p. 217 (a tradução é nossa).

¹³ J. C. Fernandes, «Aspecto económico do concelho de Vinhais», in *Portugal Económico, Monumental e Artístico*, fasc. XXXIII, *Concelho e Vila de Vinhais*, Editorial Lusitana, 1939, p. 427.

ciantes totalmente indiferentes às dificuldades postas pelos acessos. Em Fontim, as perspectivas risonhas de comercialização da madeira levaram a que um dos residentes instalasse um povoamento de castanheiros com essa finalidade exclusiva. Num dos escritos de 1939 já acima referidos pode ler-se ainda:

As nogueiras dão excelente madeira e, presentemente, para contraplacados, têm fama especial, pelo que delas se tem feito larga exportação, chegando a «pinchar-se» árvores que ao proprietário têm produzido mais de 3000\$ cada uma ¹⁴.

RECOLHA DE LENHA E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL

Em Fontim não se passava nem se passa sem lenha, e por isso os homens se ocupam na sua recolha logo que possam. Não é só o Inverno longo e frio que a tal obriga, mas também a necessidade de cozer beterrabas, nabos e batatas para os *marranchos*. Aproveitam-se sobretudo os *torgos*, ou seja, as cepas das urzes. Hoje, as máquinas de arrotear desenterram-nos dos lombeiros a florestar, mas anteriormente só se contava com a força e a mestria dos homens e o poder de um *enxadão* (alvião). Se o monte tivesse sido previamente incendiado, o arranque das cepas era então um pouco menos penoso. De qualquer modo, um *carro de torgos* equivalia frequentemente ao trabalho de dois homens durante um a dois dias. *Ir aos torgos* quer hoje dizer fazer caminhadas monte acima monte abaixo durante cerca de hora e meia para se alcançar o local adequado, desenterrar completamente as raízes, cortar a ramagem ainda existente, libertar a lenha dos torrões de terra nela incrustados, arremessar e amontoar o produto. Estas operações repetem-se uma ou duas vezes, isoladamente ou, de preferência, na companhia de algum vizinho, e, mais tarde, um carro de bois ou um tractor assegurará o transporte da lenha. Aqueles que em 1979 e em 1980 solicitaram a algum vizinho a recolha de lenha pagaram respectivamente 800\$ e 900\$ por cada carro de torgos. Actualmente, a recolha de lenha, se bem que constitua uma actividade corrente, não é propriamente uma fonte de rendimento ao nível da aldeia ou de umas tantas casas. O mesmo se não pode dizer em relação a períodos mais remotos. A exploração artesanal de calcário nalgumas aldeias vizinhas explica a relativamente elevada procura então existente. Entre o cemitério e a estrada de acesso à aldeia, os que se dedicavam à recolha de lenha chegavam a acumular em conjunto um quantitativo de torgos acima dos 200 carros de bois.

Ir aos torgos era ocupação que poderia visar ainda outra finalidade: a produção de carvão vegetal. Esta actividade parece ter envolvido um relativamente elevado número de habitantes da aldeia durante bastante tempo e constituiria certamente uma fonte de rendimento indispensável, pelo menos, para algumas casas. O facto de o comerciante da aldeia se dedicar ao comércio de carvão vegetal, distribuindo-o pela região por meio do seu camião ¹⁵, bem como a procura daquele produto por parte de negociantes de fora, explicam a importância da ocupação ao nível local.

¹⁴ J. C. Fernandes, art. cit., in *op. cit.*, p. 428.

¹⁵ A aldeia de Fontim não deveria constituir, porém, caso único. Relativamente a Rio de Onor, Jorge Dias afirma:

O carvão vegetal é hoje uma importante fonte de economia, sobretudo para as famílias mais pobres [...]. O carvão encontra facilmente comprador em Bragança, sobretudo na fábrica de moagem [...]. [*Rio de Onor — Comunitarismo* [...], pp. 163-164.]

Relativamente às últimas quatro ou cinco décadas pode dizer-se que em Fontim, tal como deveria suceder noutras aldeias localizadas na zona fronteiriça do Norte do País, várias casas locais recorriam à prática do contrabando ¹⁶. A propósito, e numa síntese feliz, dizia um velho residente:

Para além das crias e do gado, nós aqui só vivíamos dos torgos e da raia.

O contrabando, como ocupação e fonte de rendimento, traduz-se na linguagem local por *fazer o trelo* ou *fazer o trelinho*. Esta actividade não deveria constituir, em geral e em termos económicos, fenómeno de grande vulto. No entanto, a sua importância local parece ter conhecido um relativo desenvolvimento por ocasião da Guerra Civil de Espanha e no período que se lhe seguiu ¹⁷.

Os protagonistas daquela actividade eram, por vezes, de dois tipos: uns estabeleciam contactos com espanhóis interessados nos *negócios* e outros iam depois *ganhar a geira* transportando às costas cargas diversas. Estas podiam incluir artigos como os seguintes: pedras de isqueiro, têxteis, corda, ferro, cravagem, café e outros produtos de mercearia. Nos anos de grande fome em Espanha, o contrabando de alimentos deve-se ter intensificado. Os gados eram também mercadoria frequentemente transaccionada. Na década de 60, o *contrabando de homens*, actividade que oferecia simultaneamente elevados riscos e avultados rendimentos para a época, foi também levado a cabo por alguns residentes. Uma vez mais, o *negócio* podia ser realizado *em sociedade, a meias*: uns descobriam e contactavam por esse país fora os portugueses interessados em emigrarem clandestinamente para França; outros, bons conhecedores dos lombeiros e caboucos da raia, asseguravam a chegada dos compatriotas à *terra prometida*, a troco de uns 5000\$ a 15 000\$ por cabeça.

Qualquer das formas de contrabando acabadas de mencionar deixou de constituir uma componente do actual rendimento pecuniário de algumas

Mais adiante, aquele autor faz notar que as discórdias dos habitantes de Rio de Onor com os de Varge aumentavam por causa do carvão vegetal e prevê mesmo:

[...] é natural que venham um dia a dar conflitos sérios, pois há hoje famílias que tiram do carvão uma parte importante do seu rendimento. [*Ibid.*, pp. 222-223.]

Jan Bennema apresenta o roubo de carvão vegetal produzido aquando das *roçadas* como motivo con-
duncente a conflito entre Marras, aldeia próxima de Rio de Onor, e as povoações vizinhas (*op. cit.*, p. 72).

¹⁶ A título de exemplo, recorde-se o que afirma Jorge Dias:

Um dos processos muito usados para equilibrar o *déficit* económico entre as famílias de Vilarinho é o contrabando. [*Vilarinho da Furna — Uma Aldeia Comunitária*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto para a Alta Cultura, 1948 (reprodução da Imprensa Nacional-Casa da Moeda), p. 285.]

Em Fragueiro, aldeia vizinha de Fontim, também a prática do contrabando constitui, pelo menos num passado recente, elemento do modo de vida rural (J. Portela, «Fragueiro — notas sobre a agricultura local», I Colóquio de Estudos Rurais — A Pequena Agricultura em Portugal, Coimbra, 1981, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Coimbra).

¹⁷ A ocorrência da actividade de contrabando em Rio de Onor, e particularmente no mesmo período acima indicado, é referida por Jorge Dias, mas aí então por iniciativa de «indivíduos de fora» que exploraram «a situação privilegiada da povoação» (*Rio de Onor — Comunitarismo [...]*, p. 534).

famílias da aldeia. Nos dias de hoje, expressões como *viver da raia*, *fazer o trelo*, *contrabando de homens* e *passador* só evocam aventuras do passado, plenas de riscos pessoais e económicos: ameaça de arma de fogo por tentativa de rescisão unilateral do *negócio* por parte do *passador*, caminhadas nocturnas, intermináveis e sob a chuva, perda da mercadoria, etc.

COMÉRCIO, ARTES E OFÍCIOS

Em Fontim há uma única venda. Embora pequena, responde à procura local. Funciona sobretudo como mercearia e taberna, mas também vende, por exemplo, utensílios domésticos e agrícolas, bem como pesticidas. Para além de constituir o pólo comercial local, a venda é ainda um centro de convívio social, um local de pagamento de pensões e subsídios sociais e posto de recepção e emissão de chamadas telefónicas e de recepção e distribuição do correio. Da venda referida extrai um casal parte do seu rendimento pecuniário. A flexibilidade do horário de atendimento do *público* torna possível ainda a gestão da *empresa agrícola* própria, a qual visa o abastecimento doméstico e a comercialização de alguns suínos.

Aqui há uns anos, um agricultor local, actuando como intermediário, dedicou-se à comercialização de castanhas e nozes. Desenvolveu essa actividade ao nível da própria aldeia e das aldeias vizinhas.

Dois residentes de Fontim ocupam-se em obras de construção civil, um a tempo pleno e o outro durante os meses de menor actividade agrícola. O primeiro é um pequeno *empreiteiro* que *ajusta* a construção de moradias ou outras obras de dimensão equivalente. Este indivíduo vai então empregando pessoal assalariado, sobretudo jovens, conforme as necessidades. O segundo, com uma mobilidade mais reduzida e uma menor experiência, vai reparando ou edificando construções de pequena dimensão, tais como lojas, palheiros, estábulos e cobertos. Segundo o próprio indivíduo, é grande a procura dos seus serviços. Ele estabelece, de acordo com as circunstâncias, se a obra a realizar será *ajustada* por um dado quantitativo monetário, ou se, pelo contrário, o cliente lhe pagará o salário diário. Atendendo ao carácter especializado do seu trabalho, a sua *geira* rondaria os 1000\$/dia em Junho de 1981.

Na aldeia há cinco tecedeiras e, pelo menos, uma delas aproveita as pausas agrícolas e domésticas para *trabalhar para fora*. Tapetes, colchas, mantas e sobretudo sacos para transporte e armazenamento de grão e farinha constituem as peças normalmente encomendadas. O preço é estabelecido por peça e o pagamento pode ser feito em lã ou em dinheiro. O material a utilizar é fornecido pelo próprio cliente.

Os homens de Fontim recorrem aos serviços de dois barbeiros locais. Num passado recente, cada família pagava a prestação do serviço à razão de 1 alqueire de centeio por ano. Actualmente, o cliente pode proceder ao pagamento do serviço em centeio ou em dinheiro.

A *lampadária*, mulher que tem hoje a tarefa de tocar o sino da igreja local duas vezes por dia, mas que no passado deveria ainda zelar pela lamparina do sacrário, recebe, como remuneração do seu trabalho e sobretudo dessa preocupação quotidiana, o direito à utilização dum *linhar do povo*.

Pelos serviços que presta à comunidade, o coveiro adquire o direito de explorar uns *lameiros do povo*, os quais, segundo a opinião geral, são bastante produtivos.

A venda acima referida é antiga e durante um dado período da década de 30 foi propriedade de dois sócios. Ao nível das artes e ofícios, Fontim

contava, num passado não muito distante, com os serviços de 1 ferreiro e seus aprendizes, 3 soqueiros e 1 carpinteiro. O ferreiro mantinha a sua exploração agrícola, pelo menos parcialmente, através da prestação de serviços que os seus clientes ali realizavam. O trabalho do ferreiro era então trocado por trabalho agrícola. A construção de carros de bois constituía a principal ocupação do carpinteiro referido.

EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

Entre os residentes permanentes da aldeia contam-se 7 funcionários do Ministério das Finanças, dos quais 6 são da Guarda-Fiscal (3 em actividade e 3 reformados), 2 funcionários do Ministério da Educação (1 reformado) e 1 funcionário do Ministério da Agricultura. Perante a ausência de oportunidades de emprego nos sectores comercial e industrial do centro urbano mais próximo, o Estado surge na visão local como o maior e melhor *patrão* e os funcionários públicos como uns verdadeiros privilegiados. Uma vez alcançado um lugar no aparelho estatal, passa-se a uma vida mais fácil e sem risco de despedimento. Esta percepção não é recente e não deixa de ter justificação. A integração nas forças militares e militarizadas surge assim como possível solução para o problema ocupacional que muitos jovens enfrentam. Até à data não encontrámos ainda um único indivíduo jovem, natural de Fontim ou das aldeias vizinhas, que, uma vez findo o serviço militar, não tivesse tentado o seu ingresso na GNR, PSP ou GF.

PRESTAÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO

Ao nível das explorações agrícolas da aldeia, o recurso à mão-de-obra assalariada é extremamente reduzido. Em Fontim não existem, pois, assalariados agrícolas permanentes e os poucos indivíduos que assumem o papel de assalariados temporários fazem-no por períodos extremamente reduzidos. *Pagar geiras* é acto que ocorrerá eventualmente por ocasião da cava das vinhas e das *malhas* do cereal e que só relaciona alguns, poucos, *trabalhadores* com alguém impossibilitado de *tornar a geira*. É, por exemplo, o caso da viúva idosa que, tendo as suas terras exploradas em regime de parceria, se vê obrigada a fornecer metade da mão-de-obra a utilizar na operação de debulha do centeio, ou o caso do vizinho ocupado a tempo pleno noutro sector de actividade e sem ninguém em casa capaz de cavar a vinha ou realizar trabalho equivalente. Não obstante o pagamento da geira, a relação entre o solicitador e o prestador de trabalho revela ainda sinais duma relação de *favor*. Em 1981, três moços de uma aldeia vizinha participaram numa malha de assalariados, tendo cada um recebido a *geira* de 600\$ pelo dia de trabalho. Como é habitual, tais *trabalhadores* comem ainda à mesa do *patrão*. Para o mesmo ano, a geira relativa à cava da vinha esteve compreendida entre 500\$ e 600\$/dia.

Se o trabalho assalariado ao nível das explorações agrícolas tem uma expressão reduzidíssima, o mesmo não sucede já relativamente às obras de construção e reparação de estradas ou casas de habitação e ao plantio de espécies florestais. No primeiro tipo de trabalho empregam-se somente indivíduos do sexo masculino, nomeadamente jovens, enquanto para os *trabalhos da floresta* seguem moças e moços e alguns adultos. Em termos económicos, a importância daquelas fontes de rendimento pecuniário é bem maior do que no caso anteriormente referido, mas os trabalhadores também não estão ocupados senão temporariamente. O período de emprego pode variar entre

uma ou duas semanas e alguns meses. Em Agosto de 1979, o salário diário auferido por um trabalhador de 16 anos empregado na construção duma estrada do concelho de Vinhais era de 176\$. O mesmo trabalhador entre Novembro de 1979 e Fevereiro de 1980 recebeu 250\$/dia pelo trabalho de plantio de espécies florestais. Em Agosto de 1981, o salário diário recebido por aquele mesmo jovem empregado na construção duma outra estrada era de 346\$. Quer os Serviços Florestais, quer as empresas de construção civil, têm assegurado o transporte dos trabalhadores entre a aldeia e os locais de trabalho.

Neste ponto relativo ao trabalho assalariado devemos considerar ainda duas outras oportunidades a que alguns dos residentes de Fontim costumam deitar mão desde há alguns, poucos, anos. Estas oportunidades obrigam a uma emigração temporária e são elas as vindimas em França e a operação de tosquia de ovinos em povoações espanholas vizinhas. Desde há quatro anos que três a quatro habitantes da aldeia partem, como turistas, para França. Ali permanecem durante o período compreendido entre o final de Setembro e o final de Outubro. Esta ocupação temporária é conseguida através de emigrantes portugueses, velhos amigos ou simples conhecidos dos ditos *turistas*. As despesas relativamente ao alojamento e alimentação são suportadas pelos viticultores, mas as correspondentes à viagem são custeadas pelos vindimadores. Em 1980, o salário diário destes trabalhadores rondou os 1000\$. Na aldeia há ainda dois tosqueadores que se têm ausentado para Espanha por períodos de duas a três semanas. Os criadores de gado ovino asseguram o transporte e alojamento daqueles especialistas, bem como um salário que em 1980 foi da ordem dos 1750\$/dia.

Com base nas histórias ocupacionais de alguns residentes, parece poder afirmar-se que, pelo menos até à década de 50, a situação existente na aldeia e na região envolvente relativamente ao trabalho assalariado era radicalmente diferente da que acabámos de descrever. E tanto mais diferente quanto mais recuarmos na história local. *Criado de lavoura*, *criado(a) de servir* e *paquete* são expressões que as pessoas utilizam para definir a sua ocupação e posição social passadas. O quadro então habitual, nas palavras de um dos inquiridos, foi descrito do seguinte modo: «Havia muitos criados de servir. Houvesse era patrões.» Nessa época, em que a pressão demográfica se fazia sentir ao nível local, haveria certamente pessoal assalariado nalgumas casas mais abastadas e um apreciável quantitativo de assalariados potenciais. Em Fontim, duas ou três casas empregavam *criados* e *criadas de servir* e pagavam geiras em épocas de ponta do ciclo agrícola.

Tentemos agora esboçar o percurso ocupacional *médio* que se verificaria a partir dos primeiros anos da década de 30. Crianças com 8 ou 9 anos de idade eram arrancadas à escola para irem trabalhar como criados de servir ou pastorear ovelhas e cabras. Algumas delas, com mais um ou dois anos de idade, partiam mesmo para Espanha para aí se ocuparem do mesmo modo. Assim *perdeu* uma regente escolar vários dos seus alunos. Muitos destes indivíduos permaneceram em Espanha até ao início da Guerra Civil. O salário, tanto em Portugal como em Espanha, era a própria subsistência, e nada mais. Os *medos de criança* e as escassas côdeas de pão que se comiam então são elementos significativos desse passado na memória individual. Para muitos, esse tempo foi de fome. Um inquirido referiu que, para saciar a fome que muitas vezes lhe roía o estômago, chegou a sugar as tetas das cabras que guardava. Os que não eram feitos criados de outrem serviam a casa paterna. Assim, regente escolar que se prezasse, que desejasse ter uma boa folha

de serviços, só tinha uma solução: passar o dia inteiro na escola. A hora de chegada à casa da *instrução* não era efectivamente a mesma para todos os alunos: primeiro chegavam os filhos das casas mais abastadas e dos guardas-fiscais, depois as crianças que andavam com os gados.

O serviço militar e o casamento representavam então pontos de viragem no percurso ocupacional. Alguns jovens, após o regresso do serviço militar, emigravam em busca de trabalho. Outros aceitavam a oferta de *ascenderem* à posição de *caseiros*. Um dos inquiridos ganhava em 1956 um salário anual de 2000\$. O casamento, dois anos depois, levou-o a que corajosamente se decidisse a *romper com o baldio*. Com o seu esforço e a ajuda dos vizinhos, passou a cultivar para a sua própria casa *terras de pão*. Este caso não será certamente excepção, segundo se pode concluir pela concordância de outras histórias ocupacionais e fontes documentais. Num escrito sobre o concelho de Vinhais datado de 1939 e já anteriormente referido pode ler-se que o centeio era também cultivado «nas 'bouças' que 'cabaneiros liborais amanharam' no Inverno, quantas vezes 'penadamente' para não 'atrecerem', enquanto 'assejavam o tagalhando a retouçar no gestarego'»¹⁸.

Relativamente ao trabalho assalariado temporário, há que referir ainda o que ocorria ciclicamente por ocasião das ceifas do cereal. Havia indivíduos, mulheres inclusive, que, após o final das ceifas locais, partiam para as aldeias vizinhas de Espanha e aí permaneciam cerca de um mês, trabalhando como ceifeiros assalariados. Finalmente, deve acrescentar-se ainda o tipo de trabalho assalariado que era *criado* pelos próprios interessados. Membros de casas bastante pobres podiam ocupar-se em tarefas como a lavagem de roupa, limpeza da igreja, ripagem de folhas de árvores para alimentação de animais, etc.

OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO

Na inventariação de fontes de rendimento que temos vindo a fazer temos de incluir ainda algumas mais: rendas fundiárias, pensões e subsídios sociais, remessas de emigrantes e juros de poupanças acumuladas. Os rendimentos obtidos a partir de tais fontes não resultam propriamente do exercício actual numa ocupação, mas estão antes associados a certos estados ou condições. Recebe-se um dado quantitativo monetário ou em natureza, ou porque se é proprietário de bens fundiários que se alugam a outrem, ou porque se é deficiente físico, viúva ou mãe com filhos emigrados que enviam remessas.

No que respeita às rendas fundiárias, pelo menos dois residentes permanentes da aldeia e um dos visitantes assíduos encontrarão aí uma parte, certamente significativa, do seu rendimento. Esses indivíduos assumem o papel de *patrões* em relação com *caseiros-meeiros* que mais ou menos livremente gerem as suas propriedades. Após o 25 de Abril de 1974, pelo menos dois destes caseiros levantaram a questão de a renda passar a ser anual e paga em dinheiro e o contrato firmado por escrito. Deparou-se-lhes, contudo, a oposição dos *patrões*. A situação daqueles indivíduos é delicada. Possuem famílias relativamente numerosas e mantêm aquelas relações desde há respectivamente 30 e 16 anos. Como diria um deles, «estar de caseiro é como estar enforcado». O terceiro caseiro está nessa situação há uma década. Outros

¹⁸ J. C. Fernandes, «Aspecto económico do concelho de Vinhais», in *Portugal Económico, Monumental e Artístico*, cit., p. 427.

proprietários, porém, poderão alugar só parte do seu património fundiário. É o caso corrente dos que só exploram directamente os *linhares*, deixando lameiros e terras de pão como fontes de renda. Esta situação parece ser comum em Fontim. Dizem-nos que não há um único criador de bovinos que crie os seus animais sem ter de recorrer a lameiros alheios. A título de exemplo, digamos que o maior cerealicultor da aldeia explora dois lameiros dum vizinho, pagando pela renda de um deles 50 alqueires de centeio e pelo outro 24. Dois outros cerealicultores, incluídos no grupo dos maiores produtores de grão, são proprietários dum número reduzido de lameiros. Um deles só possui um número de lameiros suficiente para lhe permitir a criação de dois animais, ou seja 1/4 do seu efectivo em 1981. Para esta mesma data, os efectivos de gado bovino do maior cerealicultor e do outro indivíduo referido eram, respectivamente, 11 e 9 animais. As rendas podem ser pagas em dinheiro nalguns casos, mas um grande número delas é em *pão* e logo à data da realização das *malhas*.

As pensões e subsídios sociais são elementos importantes do rendimento pecuniário de muitos dos que vivem hoje no meio rural. Em Fontim parece não haver uma única casa que não receba um qualquer desses subsídios. Dizemos que tais rendimentos são importantes, não tanto pelos valores monetários que possam atingir, mas pela extensão em que são distribuídos, pela regularidade com que são recebidos e pelo consequente sentimento de segurança que proporcionam. Na percepção local, tais rendimentos constituem o *ordenado*, aspiração profunda só satisfeita em tempos recentes. Dum ponto de vista qualitativo, a mundaça operada pode ser condensada na expressão que se segue, de uma regente escolar que comparava a sua reforma actual, de 10 000\$ mensais, com os 250\$/mês vezes nove meses por ano do passado:

Antigamente não era como agora. O Governo, actualmente, olha por todos. O Estado hoje é pai. Antes era carrasco.

As remessas dos emigrantes e os juros obtidos a partir de poupanças alcançadas quando os chefes de família assumiram a condição de emigrantes não deixam de ser parte dos rendimentos obtidos por algumas casas locais. Outras há que dispõem ainda de rendimentos resultantes dos juros de poupanças feitas localmente no decorrer de períodos, mais ou menos longos, de conjugados subconsumo e sobretrabalho. À falta de outros elementos informativos sobre tema tão sensível a uma inquirição directa e de colecta difícilíssima em fases iniciais de pesquisa, atentemos nas seguintes indicações: vários chefes de família, pelo menos cerca de 1/4 dos actuais, passaram pela experiência da emigração. O período de ausência no estrangeiro variou entre 1 e 17 anos; quatro casais de Fontim, emigrados em França há mais de uma década, parecem estar a preparar o seu regresso definitivo à terra natal.

NOTA CONCLUSIVA

No decorrer das últimas oito décadas observaram-se transformações significativas do modo de vida rural. Hoje, já ninguém assegura a sua subsistência empregando-se como *criado de lavoura* ou *pastor de gado*. Nos nossos dias já não há quem se ocupe no *pequeno* contrabando, no fabrico de carvão vegetal, na recolha de lenha para venda ou no transporte de mercado-

rias em carros de bois. Entretanto, em tempos recentes, outras fontes ocupacionais e de rendimento surgiram. A relativa modernização da agricultura fez do *andar com as máquinas* uma fonte de rendimento permanente para uns e temporária para outros; as pensões e subsídios sociais, bem como as remessas de familiares emigrados, ganharam relevo; o número dos que se ocupam no sector dos serviços cresceu também. O cultivo do solo, a criação de gado, a recolha de frutos e o aproveitamento de madeira aparecem como *elementos de continuidade* do modo de vida rural, se bem que a sua importância relativa tenha variado ao longo do tempo.

As primeiras décadas deste século são recordadas pelos três mais idosos residentes de Fontim em termos sombrios. Esse tempo era de fome e a luta pela subsistência era tenaz. Encostas onde não era possível utilizar as vacas de trabalho eram cultivadas com as guinchas e à força de braços. «Por uma malga de caldo, muitos se faziam criados de lavoura», dizem os mais velhos. Num texto de 1915, redigido a propósito da escola local, pode ler-se: «Aquilo de que o povo mais precisa *depois do grão* é de instrução.» Nesse período, a criação de gado ovino e caprino constituiria certamente o traço dominante do modo de vida rural. Segundo uma estimativa feita por um velho pastor, em 1918 haveria em Fontim um número mínimo de 1800 ovinos e 600 caprinos. A importância desta fonte ocupacional vai declinando e por meados da década de 50 seria já relativamente reduzida.

Com a introdução da charrua, por volta de 1935, do *borralho*, pelo final da década de 30, e das primeiras *batedeira* e *limpadeira* de cereal, pelo final da década de 40, a agricultura local começa a transformar-se progressivamente. Com a charrua, os solos mais profundos passam a ser melhor lavrados, com os adubos aumentam as produções de grão e palha e com as máquinas decrescem os riscos de perdas da colheita por imprevistos de ordem climática. A área de cultivo do centeio parece ter sido ampliada e o *pão* tornou-se relativamente abundante. A introdução da ceifeira-atadeira, por meados de 1960, bem como a maior disponibilidade de meios de tracção mecânica a partir dos anos 70, reforçam as mudanças já anteriormente iniciadas. As condições e o ritmo de trabalho alteram-se portanto e é de crer que para a obtenção dos benefícios da mecanização e da fertilização química se verifique uma maior participação dos agricultores no mercado dos produtos. O desenvolvimento da rede viária reforçaria também essa incorporação dos produtos locais nos circuitos de comercialização de âmbito nacional.

Considerando o que até aqui também se expôs, parece possível afirmar-se como nota conclusiva que em Fontim, quer no presente quer no passado, as ocupações e fontes de rendimento estritamente agrícolas surgem frequentemente associadas a outras actividades económicas e fontes de rendimento. Se esta associação é observável, em certos casos, ao nível do indivíduo, ela é saliente em termos de agregados domésticos. Considerando a questão das ocupações numa perspectiva diacrónica, é ainda mais notória a ocorrência de situações de pluriactividade e plurirrendimento. Agregados domésticos aparentemente vivendo de ocupações não agrícolas não prescindem de ir buscar ao sector agrícola um rendimento complementar, seja ele pecuniário seja em géneros. Tal é o caso do comerciante que desenvolve a sua *empresa* agrícola no sentido da comercialização de suínos, do funcionário público reformado que recebe numerosas rendas fundiárias em alqueires de pão e assim mantém os seus *marranchos* e aves de capoeira, do elemento da Guarda-Fiscal que mantém a sua propriedade sob a exploração dum caseiro e exploram *em sociedade* uma *segadeira*, do residente temporário que busca na venda

de cereal e do feno que as suas terras produzem um rendimento pecuniário que não lhe exige senão o aluguer de serviços de maquinaria, da viúva residindo na cidade que, possuindo numerosos castanheiros e nogueiras e bons linhares, se deixa também tentar pela comercialização daqueles frutos e de batata. Por outro lado, parece possível dizer-se que agregados domésticos que aparentemente vivem do cultivo do solo e da criação de gado não deixam de aproveitar as oportunidades relativas a ocupações alternativas. Como vimos, o contrabando e a venda de lenha e de carvão vegetal constituem exemplos significativos no passado. O trabalho assalariado na construção de casas e obras públicas, no plantio de espécies florestais ou nas vindimas em França são exemplos mais recentes. As remessas de familiares emigrados, as pensões e subsídios sociais e os juros de capital progressivamente acumulado são também, nalguns casos, fontes de rendimento que se agregam ao rendimento básico proveniente da actividade agrícola. Em resumo, a actividade agrícola como fonte exclusiva de ocupação e rendimento parece constituir caso de excepção. Assim sendo, o estudo das *empresas* agrícolas em Fontim não pode relegar para segundo plano a característica mencionada. Haverá, pelo menos ao nível das questões de disponibilidade de tempo, rendimentos visados e acesso a factores de produção, implicações a que a gestão das ditas *empresas* não pode ser alheia.